



WRM BOLETIM

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais



Número 114 - Janeiro 2007

O TEMA CENTRAL DESTE BOLETIM: FLORESTAS DE ALTO VALOR DE CONSERVAÇÃO

As Florestas de Alto Valor de Conservação (FAVC), são uma ferramenta conceitual que originalmente visa ao zoneamento de paisagens florestadas para otimizar o manejo florestal. Originada de um esquema de certificação voluntário (FSC) agora está sendo impulsionada pelas corporações, governos e grandes ONG de conservação. Como essa ferramenta faz surgir uma série de perguntas referidas aos benefícios e desvantagens de seu uso, o presente boletim visa a fornecer informação e análise para facilitar a participação informada no debate.

NOSSA OPINIÃO

- 'Florestas de Alto Valor de Conservação' em um contexto internacional

A NECESSIDADE DE DECISÕES

- Altos Valores de Conservação: envolver-se ou não?

UM KIT DE FERRAMENTAS E UMA REDE

- O manual FAVC a ferramenta certa para o trabalho errado?

A APLICAÇÃO DE FAVC NA PRÁTICA

- As FAVC e a Política sobre Florestas do Banco Mundial
- Avaliações de FAVC em Riau, Sumatra
- A aplicação do conceito de FAVC na Indonésia

NOSSA OPINIÃO

- 'Florestas de Alto Valor de Conservação' em um contexto internacional

Desde sua fundação, há 20 anos, o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM) tem defendido os esforços de baixo para cima para proteger as florestas do mundo do desenvolvimento destruidor e do planejamento de cima para baixo. Opomo-nos às 'soluções' impostas à crise das florestas do mundo que excluem as comunidades locais, os povos indígenas, as mulheres e os oprimidos, negando-lhes uma voz e direitos para forjar seus próprios destinos. Continuamos insistindo que até os esforços bem intencionados para 'salvar as florestas' fracassarão se não estiverem baseados em direitos e não forem genuinamente participativos. As ONGs que estabeleceram o WRM em duas conferências na Malásia em 1986 e 1987 adotaram o credo 'Não

somos a solução. As soluções cabem às pessoas.'

As coisas não têm mudado muito desde essa época. Ainda vivemos em um mundo onde leis injustas significam que os direitos comunitários às terras e florestas às vezes não sejam reconhecidos e não estejam devidamente garantidos, onde os governos tendem a favorecer os interesses de grandes companhias e empresas com predomínio de capital, onde o acesso à justiça é tortuoso e um Poder Judiciário independente é um sonho distante e onde os políticos tendem a favorecer os ricos e ignorar as vozes dos pobres e sem poder. As contínuas desigualdades entre o Norte e o Sul e as crescentes disparidades na riqueza tanto dentro de países 'desenvolvidos' quanto dentro de países 'em desenvolvimento' apresentam obstáculos adicionais para que os povos sem terras e dependentes das florestas possam ter um acesso justo e equitativo aos recursos naturais. Em um mundo assim, as reformas políticas e o 'bom governo' melhorado para outorgar às pessoas maior participação na tomada de decisões deveria ser uma prioridade. O WRM apóia aqueles grupos da sociedade civil que exigem controles obrigatórios, responsabilidade corporativa, o domínio da lei e melhor capacidade do estado para regulamentar o setor privado.

Lamentavelmente, mas em linha com os interesses corporativos, as principais tendências no 'desenvolvimento do mundo' estão trabalhando na direção oposta. Ainda estamos em uma época de desregulamentação e ajuste estrutural, liberalização comercial e transferências de capital, mercadorias e serviços aceleradas. Nesse contexto, esperar pelas muito necessárias reformas políticas tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento, pode ser esperar demais. A taxa de destruição das florestas do mundo continua crescendo, apesar das reconfortantes estatísticas dos tecnocratas da FAO que mostram o contrário, já que não conseguem distinguir as florestas naturais e as monoculturas industriais que estão sendo plantadas para substituí-las.

Esse é o contexto no que os esforços para melhorar o desempenho social e ambiental das corporações através da promoção da Responsabilidade Social Corporativa e reformas guiadas pelo mercado se têm deslocado para o centro. E não surpreende que esses enfoques voluntários, que implicam o desenvolvimento de padrões voluntários e códigos de conduta aplicados através da auto-regulação, revisão paritária e verificação de terceiros, continuam sendo preferidos pela indústria sobre controles do estado estritos, executáveis e obrigatórios. As principais organizações da sociedade civil que estão impulsionando esses enfoques voluntários são as grandes agências de conservação, enquanto os grupos de direitos humanos e organizações de justiça social, grupos comunitários e povos indígenas têm tendido a não aproximar-se deles, com o resultado de que os problemas sociais são às vezes abordados deficientemente.

A presente edição do Boletim do WRM portanto se focaliza no debate renovado sobre 'Florestas de Alto Valor de Conservação' (*FVAC*), uma ferramenta conceptual que está sendo crescentemente usada por grandes ONG de conservação e corporações e agora também por agências de planificação do Estado, a paisagens florestadas de determinadas áreas para otimizar o manejo florestal. Como está sendo aplicada essa ferramenta? Os interesses de quem são 'otimizados'? Que garantias há de que os direitos das comunidades sejam respeitados e suas vozes sejam ouvidas em decisões sobre uso da terra?

O conceito de *FVAC* foi primeiramente promovido pelo Conselho de Manejo Florestal (FSC) como forma de fornecer proteção extra a florestas criticamente importantes. Muitas ONG de conservação esperaram que o conceito seria usado para estabelecer 'áreas proibidas', limites de exclusão para a atividade madeireira e conversão. Enquanto isso, ao definir o conceito mais precisamente percebeu-se que os 'altos valores de conservação' são tanto sociais quanto biológicos e portanto identificaram-se seis tipos de *FVAC* – como florestas que eram habitats críticos, ecossistemas críticos, que

continham espécies ameaçadas e em perigo, que forneciam serviços ambientais críticos, que eram críticas para os meios de vida e críticas para a manutenção dos valores culturais. Isso é inquestionavelmente uma vantagem do enfoque *FAVC* –que procura incluir uma ampla variedade de valores e requer um enfoque participativo para sua identificação.

Apesar de que o conceito de *FAVC* foi desenvolvido dentro do contexto da certificação de madeira, como apenas um dos 10 Princípios e Critérios do FSC, desde a época tem começado a ser usado bem mais amplamente. O próprio FSC está aplicando o conceito a madeiras não certificadas (mas 'controladas') que permite seja usado em produtos madeireiros mistos que no entanto levam o selo do FSC. O conceito também está sendo usado pelas corporações muito amplamente como uma ferramenta para ajudá-las a decidir onde deveriam obter madeiras responsavelmente. Outros o usam agora para decidir onde deveriam e onde não deveriam estabelecer plantações. A Mesa-Redonda sobre a Produção de Azeite de Dendê Sustentável tem adotado o conceito em seu recentemente adotado padrão para a produção de 'azeite de dendê sustentável' e estão realizando-se esforços para introduzir o conceito no padrão que está sendo adotado pela Mesa-Redonda Paralela sobre Soja Responsável. O Banco Mundial também está explorando como pode ser aplicado o conceito para ajudá-lo a definir o que são 'florestas críticas' e 'hábitats críticos' que suas políticas sobre florestas e hábitats naturais visam a salvaguardar. Em resumo, *AVC* tem emergido como uma ferramenta amplamente aplicada no planejamento de uso da terra, com todas as possibilidades e riscos que isso implica.

A experiência nos ensina que as ferramentas de planejamento e zoneamento de uso da terra, apesar de que são promovidas como métodos de 'múltiplas partes interessadas' raras vezes podem ser totalmente inclusivas, já que implicam um grau de planejamento 'de cima para baixo'. Os esforços das pessoas de fora para envolver os povos locais às vezes enfrentam desafios devido ao tempo e recursos limitados, barreiras da linguagem, prejuízos e preconceitos inconscientes ou indissimulados e a marginalização econômica e política dos 'grupos alvo'. E quanto maior a escala desse zoneamento –e quanto mais se baseie na alta tecnologia, como o mapeamento baseado em SIG- maiores são os riscos de que os direitos, interesses, opiniões e conhecimento das comunidades sejam ignorados.

Também surgem questões pelas maiores implicações do enfoque *AVC* se ele for aplicado só, sem ser implantado em um enfoque maior do planejamento da paisagem. Há risco de que quando uma área seja considerada sem *AVC* será considerada OK para atividade madeireira, mineração ou conversão? Como evitamos o cenário pesadelar de ilhas de 'alto valor de conservação' rodeadas de 'áreas de sacrifício' devastadas?

Consciente de algumas dessas armadilhas, uma nova rede tem sido estabelecida agora –a Rede de Recursos de Alto Valor de Conservação- que procura debater esses desafios e achar formas convencionadas de superá-los, apesar de que ainda dentro do contexto voluntário, favorável para os negócios preferido pelas corporações.

Proteger os 'Altos Valores de Conservação' é um objetivo meritório, mas se for feito em formas que não respeitam os direitos das comunidades ou promovem suas prioridades, também pode ser uma grave ameaça para as pessoas e a natureza tanto dentro quanto fora das áreas definidas como de 'Alto Valor de Conservação'. A presente edição do Boletim do WRM é oferecida como contribuição a esse debate.

[início](#)

A NECESSIDADE DE DECISÕES

- Altos Valores de Conservação: envolver-se ou não?

Toda vez que um novo processo começa, as ONGs precisam decidir se envolver-se ou não nele. Esse é o caso agora do enfoque de Alto Valor de Conservação (AVC) e da Rede dos Recursos de AVC.

A editorial supra salienta uma série de assuntos importantes que devem ser discutidos mais, para tomar uma decisão informada a respeito do envolvimento ou não envolvimento.

O primeiro assunto que surge é que há dois enfoques principais –e opostos- para o controle do setor privado: auto-regulação e controles obrigatórios do estado. O WRM exige controles obrigatórios, responsabilidade corporativa, domínio da lei e capacidade do estado melhorada para regulamentar o setor privado, enquanto as corporações promovem padrões e códigos de conduta voluntários. A realidade está mostrando que o último enfoque está prevalecendo atualmente. O AVC deve ser percebido como parte desse enfoque.

Portanto há necessidade de discussão sobre os benefícios e inconvenientes que podem decorrer da participação nesta arena e sobre a possibilidade e/ou conveniência da futura incorporação do AVC às legislações nacionais para fazê-lo obrigatório.

Um segundo assunto importante apontado na editorial é o risco de que quando **não** se considera que uma área contenha AVC ela possa ser submetida a atividade madeireira, mineração ou convertida para outras atividades. Esse é um risco muito real e as ONGs que participam nesta arena podem eventualmente transformar-se em involuntariamente responsáveis pela degradação social e ambiental em áreas não AVC.

Junto com o que antecede, está a também muito real ameaça sobre o "cenário pesadelar" de ilhas de 'alto valor de conservação rodeadas de 'áreas de sacrifício' devastadas. Essa é realmente uma prática comum em muitos países onde os governos abrem grandes lotes de terra para atividades produtivas insustentáveis e justificam isso declarando outras áreas como "protegidas". O enfoque AVC pode fortalecer ainda mais essas políticas.

O que antecede implica outra discussão sobre como qualquer parte da natureza ou da sociedade pode ser considerado como com "baixo" valor de conservação –portanto, qualquer coisa não definida como "alta" será "baixa"-, e se alguém tem o direito de definir categorias como essas.

Também está o assunto de como está sendo aplicada essa ferramenta, sobre os interesses de quem serve melhor e sobre garantias relativas ao respeito pelos direitos das comunidades em decisões sobre uso da terra.

Outro assunto crucial é o tempo. Quanto tempo deveriam os ativistas de ONG dedicar a cada processo que surge –e continua surgindo? Quantos milhões de horas de trabalho têm consumido processos como a Revisão da Política sobre Florestas do Banco Mundial, o Painel e Fórum Inter-governamental sobre Florestas, o Conselho de Manejo Florestal e muitos outros? Quanto desse

esforço tem sido útil para as comunidades de florestas? Não seria mais sábio focalizar-nos em nossas próprias agendas –por exemplo, florestas comunitárias- em vez de reagir às iniciativas do governo e corporações?

A respeito disso, esse novo processo –o AVC- e sua Rede de Recursos de AVC relacionada, estão demandando tempo e recursos para debater os desafios como os que antecedem –e outros- e achar formas de superá-los –como diz a editorial- “dentro do contexto voluntário, favorável para os negócios preferido pelas corporações” –com quase ilimitados recursos financeiros à sua disposição.

Como com muitos outros processos, devem tomar-se decisões a respeito deste novo processo: por que as organizações deveriam –ou não deveriam- envolver-se, quanto tempo e recursos –se houver- deveriam ser dedicados, se deveríamos tentar influenciá-lo de fora ou de dentro –ou ignorá-lo. Mas todos devemos levar em conta que o processo existe e que precisamos conhecer suas possíveis conseqüências.

Ricardo Carrere

[início](#)

UM KIT DE FERRAMENTAS E UMA REDE

- O manual FAVC a ferramenta certa para o trabalho errado?

A noção de Floresta de Alto Valor de Conservação (FAVC) foi originariamente desenvolvida como um princípio chave durante a revisão dos padrões do Conselho de Manejo Florestal (FSC) publicada em 1999. No entanto, o guia para a identificação dessas florestas era insuficiente e não consolidado. Em 2002, a organização conservacionista WWF e a companhia varejista IKEA decidiram, como parte de um programa de cooperação de três anos, financiar um pequeno projeto para desenvolver um guia que estabelecesse como a FAVC seria definida, identificada e manejada. Com esse intuito, contrataram a ProForest, uma “empresa independente que trabalha com o manejo de recursos naturais e que é especialista em abordagens práticas de sustentabilidade”, para desenvolver este trabalho. Durante 2002, a Proforest convocou um pequeno e variado grupo de especialistas em questões sociais e ambientais para elaborarem um “manual” cujo rascunho circulou a finais desse ano. Nos meses seguintes, a Proforest promoveu testes e consultas sobre o manual na Romênia, Bulgária, China, Mongólia e na Indonésia. O resultado foi o Manual sobre Florestas de Alto Valor de Conservação (*The High Conservation Value Forest Toolkit*) que foi publicado em dezembro de 2003. O manual abrange um guia simples destinado aos responsáveis da administração florestal e do planejamento territorial a fim de servir de ajuda para a aplicação do conceito no manejo das florestas.

Da forma em que foi projetado pelo grupo original convocado para redigir o manual, o guia devia ser usado dentro do contexto mais amplo de princípios e critérios estabelecidos nos padrões do Conselho de Manejo Florestal. Esses padrões exigem que os responsáveis do manejo florestal cumpram com as correspondentes leis nacionais e as internacionais ratificadas; tenham direitos de posse ou ajam com o consentimento dos possuidores dos direitos, sejam legais ou consuetudinários; respeitem os direitos dos povos indígenas; tenham bom relacionamento com os trabalhadores e as comunidades locais; manejem as florestas para atingir benefícios múltiplos; conservem a diversidade biológica e mantenham a integridade florestal, conforme um plano de manejo que seja efetivamente aplicado, monitorado e avaliado. Portanto, o manual foi concebido para ser aplicado no nível local

(dentro das “Unidades de Manejo Florestal”), pelas comunidades e silvicultores que buscavam a certificação do FSC para seus produtos florestais. Também implicava que o manual não devia reiterar as exigências já estabelecidas em outros padrões do FSC- legalidade, respeito dos povos indígenas, participação efetiva da comunidade, manejo ambiental sensato, boas relações trabalhistas, etc, - que já deviam ser considerados em cumprimento das outras partes dos padrões do FSC. Assim, o conceito de FAVC foi considerado como um “suplemento”- um nível extra de precaução para proteger áreas de valor especialmente importante. Também implicava que a aplicação do conceito de FAVC estivesse sujeito a uma verificação independente realizada por terceiros, tal como é exigido pelo padrão FSC em todos os casos.

No entanto, a finais de 2003, era evidente que as companhias e as ONGs estavam usando o conceito de FAVC, e o manual, fora do contexto do FSC. Começou a ser usado para um planeamento territorial mais amplo, tanto como guia para exploração dos recursos quanto para iniciativas de conservação. As companhias, frustradas pela escassez de madeira certificada no mercado, procuraram aplicar a abordagem de FAVC para nortear suas políticas de aquisição. E pensaram que, ao não poder comprar madeira certificada, pelo menos, poderiam, usar a abordagem de FAVC para garantir que não estavam se abastecendo com madeira das florestas mais valiosas do ponto de vista social e ambiental.

Obviamente, os riscos desta abordagem existiam. Primeiramente, poderia ser mantida e até intensificada a pressão sobre as áreas florestais que não tinham sido declaradas como “não AVC”. Em segundo lugar, implica que as outras exigências do sistema do FSC poderiam ser desconsideradas. O conceito de FAVC está sendo aplicado em uma escala muito ampla, para delimitar paisagens ou países inteiros e não somente no nível da Unidade de Manejo Florestal. Ao trabalhar nessa escala tão grande, a devida consulta às comunidades locais se torna quase impossível- e isso conduz automaticamente a um abuso da abordagem de FAVC. Acima de tudo, supõe-se que o conceito de FAVC existe para proteger áreas florestais “fundamentais para satisfazer as necessidades básicas das comunidades locais” e “críticas para a identidade cultural das comunidades locais”. Como esclarece o manual, essas áreas podem ser determinadas apenas com a consulta aos povos envolvidos- somente eles sabem quais são as áreas importantes para sua cultura e sustento. Sem o envolvimento da comunidade na delimitação das zonas, é inevitável que quem é de fora deixe de lado ou ignore áreas vitais para a população local. Em terceiro lugar, implica que já não será necessário cumprir com outras exigências fundamentais para o bom manejo florestal. As companhias que compram madeira das áreas delimitadas pelo método FAVC podem estar comprando, sem sabê-lo a madeireiros ilegais, que abusam dos direitos indígenas, prejudicam as comunidades locais, exploram seus empregados ou destroem os ambientes locais, já que a abordagem de FAVC não considera tais questões, tem seu foco restrito a averiguar quais são as florestas que têm “alto valor de conservação”. E, finalmente, se a abordagem de FAVC estiver sendo aplicada fora do contexto do FSC, não existirá a exigência de uma verificação independente feita por terceiros. Em outras palavras, o fato de o conceito de FAVC não ser considerado dentro do marco do FSC tem aberto uma caixa de Pandora cheia de riscos

A recentemente formada “Rede de Recursos de Alto Valor de Conservação” (*High Conservation Value Resource Network*) foi estabelecida, pelo menos em parte, para lidar com alguns desses problemas. Sua missão é “manter e melhorar os valores sociais e ambientais chaves das florestas e outros ecossistemas como parte de uma gestão do território responsável, e propor estratégias de manejo localmente adaptáveis através do desenvolvimento e uso da abordagem do alto valor de conservação”. Esta rede é supervisionada e dirigida por um Grupo Diretivo, enquanto à administração das atividades quotidianas é realizada por uma Secretaria com sede no Reino Unido.

O Grupo Diretivo está formado por representantes das organizações a seguir:

- Banco Mundial (BM)
- Centro de Investigações Antropológicas, Universidade Nacional Experimental de Guayana, Venezuela (CIAG-UNEG)
- Conselho de Manejo Florestal (FSC International)
- Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD).
- Fundo Mundial para a Natureza (WWF International)
- ForestEthics
- Greenpeace International
- MONDI [companhia sul- africana de papel e celulose]
- Organização Internacional da Madeira Tropical (ITTO)
- Programa pelos Povos das Florestas (FPP)
- Tetra Pak
- The Nature Conservancy (TNC)
- União Mundial para a Natureza (IUCN)

A Secretaria está dirigida pela ProForest, companhia sediada em Oxford, Reino Unido, enquanto a rede está atualmente financiada através de acordos do WWF com Ikea, TetraPak e o Banco Mundial. A Rede tem sido estabelecida para incentivar o diálogo entre as partes envolvidas. Está aberta a todos, apenas exigindo que os "participantes" subscrevam um breve "Estatuto" que apresenta a missão, a estrutura e os princípios norteadores da Rede. Além de incentivar o intercâmbio da informação e a discussão a fim de promover uma aplicação responsável da abordagem do AVC, a Rede pretende encorajar uma análise aberta de tal aplicação através do supervisionamento participativo e inclusivo, o uso de uma abordagem preventiva, revisão externa por especialistas, e relatórios públicos. O Estatuto também planeja explicitamente o desenvolvimento de um contexto para garantir a legalidade; a proteção dos direitos legais e consuetudinários das comunidades locais e dos povos indígenas e o fato de eles terem direito a controlar o que acontece nessas áreas; a proteção de áreas cuja transformação não seja justificada; e, o providenciamento de salva-guardas adicionais. Já foram criados grupos de discussão na web, abertos a todos, a fim de intercambiar pontos de vista e informações nesses assuntos.

Fontes: Programa para os Povos das Florestas, info@forestpeoples.org, www.forestpeoples.org, <http://hcvnetwork.org/> e <http://hcvnetwork.org/resource-network/the-network-s-charter>

[início](#)

A APLICAÇÃO DE FAVC NA PRÁTICA

- As Florestas de Alto Valor de Conservação e a Política sobre Florestas do Banco Mundial

Quando o Banco Mundial adotou sua nova Política sobre Florestas (OP 4.36) em 2002, estabeleceu que *'o banco não financia projetos que, em sua opinião, envolvam conversão ou degradação significativas de áreas de florestas críticas ou habitats naturais críticos relacionados'*. No entanto, nos seguintes cinco anos, apesar de consultas repetidas de ONGs como o WRM, o Banco Mundial não tem sido capaz de clarificar a forma na que determina que áreas são 'críticas'. O único que disse é que as florestas críticas e os habitats críticos incluem as áreas protegidas existentes e as propostas oficialmente, áreas culturalmente importantes como arvoredos sagrados, 'sítios que mantêm condições vitais para a viabilidade das áreas protegidas' e sítios identificados em listas

complementares preparadas pelo Banco ou por uma autoridade que ele reconheça. A política do Banco de 2001 sobre 'Habitats Naturais' somente diz que 'o Banco espera que os Tomadores de Empréstimos levem em conta as opiniões, funções e direitos dos grupos, incluindo ONGs e comunidades locais.'

Fica claro que o Banco Mundial ainda carece de um processo claro para determinar que são 'florestas críticas' apesar de que isso não foi qualquer obstáculo para que ele alocasse dinheiro para projetos de florestamento. Uma revisão de escritório realizada pelo *Forest Peoples Programme* de 21 projetos relacionados com florestas aprovado desde o começo de 2003, mostra que os conceitos de 'florestas críticas' e 'habitats naturais críticos' têm sido aplicados de forma muito desigual. Os projetos examinados, que têm um valor total de mais de USD 1,3 bilhões são os listados pelo Banco Mundial como os que afetam as florestas e a pesquisa se limitou a uma revisão daqueles documentos que estão disponíveis no site na web do Banco Mundial.

Com base no que pode ser discernido desses documentos, parece que a maioria dos projetos não têm sido examinada para verificar a existência de 'florestas críticas'. Isso inclui o 'Projeto de Conservação do Solo de Moldávia' e o 'Crédito para a Recuperação Econômica' da República do Congo, apesar de que o site na web do Banco os lista como projetos do setor florestal. O 'Projeto de Desenvolvimento Rural' de Azerbaijan, que promove o estabelecimento de parques nacionais, programas de manejo comunitário dos recursos naturais e empresas rurais em um reconhecido '*hotspot* da biodiversidade' no Cáucaso, não tentará fazer qualquer exame para verificar a existência de 'florestas críticas'. Considera-se que o Projeto de Reabilitação da Bacia Fluvial Changjiang/Perla da China, que envolve vasto desmatamento e planejamento do uso da terra, 'acionou' a política sobre Florestas, apesar de que não a política sobre Habitats Naturais, mas não procura identificar 'florestas críticas' e também o 'Projeto de Reabilitação da Bacia da Comunidade de Laguna de Bay' nas Filipinas não tem feito qualquer exame para verificar a existência de 'florestas críticas'.

Na Índia o 'Projeto de Rodovias Nacionais' de USD 620 milhões, apesar de classificado como projeto categoria A –que exige avaliação ambiental máxima- não é considerado ter 'acionado' a Política sobre Florestas e não vai fazer qualquer exame para verificar a existência de 'florestas críticas'. Nesse caso, a equipe de preparação do projeto também pensou que o conceito de 'habitats naturais críticos' também 'não era aplicável'. Dois projetos em Honduras, o 'Projeto de Florestas e Produtividade Rural' e o 'Projeto de Florestas Sustentáveis de Pico Bonito' apenas procuram evitar áreas protegidas existentes e áreas de amortecimento, sem esforços evidentes para identificar primeiramente quais as florestas que poderiam ser 'críticas' do ponto de vista dos meios de vida comunitários ou de outros pontos de vista. No 'Projeto de Manejo de Florestas e Terras Adjacentes' de Benim e no 'Projeto de Desenvolvimento Florestal' da Romênia, não há evidência de que o conceito de 'florestas críticas' vá ser aplicado. No 'Projeto Ambiental e Social' do Laos, que vai afetar vastas áreas das terras altas florestadas onde 'os locais de atividade vão estar geralmente próximos a importantes habitats naturais e em áreas habitadas por minorias étnicas' o pessoal do Banco não tem proposto medidas para fazer um exame para verificar a existência de 'florestas críticas'. No Gabão, o 'Empréstimo da Política de Desenvolvimento dos Recursos Naturais', apesar de que vai apoiar a capacidade de planejamento nacional para desenvolver os setores de mineração, petróleo e gás, florestamento, pesca e conservação, não faz qualquer exame para verificar a existência de 'florestas críticas', enquanto o 'Projeto do Setor de Florestas e Meio Ambiente' complementar é apresentado como não resultante na 'degradação ou conversão significativas de habitats naturais críticos'. Na Costa Rica um 'Projeto de Instrumentos de Integração Baseados no Mercado para Manejo Ambiental' conjunto do Banco Mundial/GEF, 'está desenhado para cumprir totalmente com a letra e o espírito de todas as Políticas de Salvaguarda do Banco Mundial', mas os documentos do projeto não fazem qualquer referência ao exame para verificar a existência de 'florestas críticas'.

De forma similar, em Camarões o 'Programa do Setor de Florestas e Meio Ambiente' do Banco Mundial não aplica o conceito de 'florestas críticas'. No entanto, está sendo realizado zoneamento em linha com o sistema de zoneamento nacional (muito criticado) que aloca terras a parques, atividade madeireira e comunidades da beira da estrada, um processo no que os habitantes das florestas são invisíveis. Não está sendo implementado efetivamente um Plano de Povos Indígenas progressivo elaborado como parte deste projeto. No Vietnã, o 'Projeto de Desenvolvimento do Setor de Florestas' apenas faz exame para verificar a existência de 'hábitats naturais críticos' enquanto desenvolve áreas para plantações. O 'Projeto de Apoio ao Terceiro Programa de Meio Ambiente' de Madagascar está incrivelmente registrado como não 'acionador' da Política sobre Florestas apesar de que aciona a política sobre Hábitats Naturais e procura conservar as florestas de Mikea. O projeto portanto não procura identificar 'florestas críticas' apesar de que está sendo desenvolvido dentro do quadro do Programa de Ação Ambiental de Madagascar. Até o 'Projeto de Manejo dos Recursos Naturais' progressivo da Albânia que efetivamente promove o manejo comunitário das florestas não aplica o conceito de 'florestas críticas'. Os documentos disponíveis para o 'Projeto de Proteção de Florestas e Reflorestamento' de Kazakhstan, que visa a melhorar o desenvolvimento das florestas no país inteiro, mostra que a equipe do projeto tem decidido que a política de salvaguarda sobre Florestas não seja acionada e ainda não tem decidido se a política sobre Hábitats Naturais é aplicável. Não se menciona qualquer exame para verificar a existência de 'florestas críticas'.

Esse histórico de descumprimento parece ter três exceções. A primeira é o 'Projeto de Desenvolvimento e Conservação de Florestas' da Bósnia-Herzegovina que explicitamente inclui um componente de Assistência Técnica co-financiado pela agência de cooperação alemã GTZ. Isso vai estender o estudo usual do inventário de florestas para identificar ecossistemas de florestas críticos, descritos explicitamente como 'Florestas de Alto Valor de Conservação' para a conservação das florestas e da biodiversidade. A segunda é o 'Projeto de Conservação e Manejo das Florestas do Arco Oriental' que procura identificar florestas de bacias críticas, florestas de montanhas e áreas de florestas *miombo*, que são identificadas como importantes para os meios de vida locais, incluindo como fonte de lenha. O 'Segundo Projeto de Florestamento Comunitário' no México também planeja incluir exame para evitar qualquer interferência com áreas de florestas críticas e hábitats naturais críticos, apesar de que aponta que a capacidade institucional local para realizar isso é limitada. No entanto, a forma exata na que o exame deverá ser feito não fica clara.

Durante a evolução de sua Estratégia sobre Florestas o Banco Mundial tinha proposto que, além de seu exame em nível de projeto, ele também realizaria avaliações nacionais para identificar 'florestas críticas'. Isso estava planejado que seria feito como parte do 'Trabalho Econômico e Setorial' e 'Estratégias de Assistência de País' melhorados o que garantiria que a nova Política sobre Florestas fosse aplicada amplamente a todos os empréstimos do Banco a um país. No entanto, na ausência de um processo definido para identificar o que são 'florestas críticas' isso não tem acontecido.

A Equipe de Florestas do Banco Mundial sabe que um dos elementos chave em sua política de salvaguarda não está sendo aplicado consistentemente. Continuas demoras no desenvolvimento de um 'livro de consulta', que queria explicar ao pessoal a forma na que deveriam fazer o exame para verificar a existência de impactos sobre 'florestas críticas', têm contribuído com esse problema (ver Boletim 93 do WRM). A solução proposta agora pelo Banco é desenvolver métodos sólidos para identificar 'Florestas de Alto Valor de Conservação' e portanto está apoiando a Rede de Recursos de Alto Valor de Conservação. Isso faz com que seja mais importante ainda que o conceito de Alto Valor de Conservação seja desenvolvido de forma crível, que garanta que os interesses e direitos comunitários sejam devidamente respeitados e lhes seja outorgada prioridade.

- Avaliações de FAVC em Riau, Sumatra

O conceito de florestas de alto valor de conservação (FAVC) tem sido aplicado na Indonésia nos últimos cinco anos como uma tentativa de identificar essas florestas e protegê-las da transformação em plantações de árvores para celulose. A APP e a APRIL, as duas maiores produtoras de celulose da Indonésia, responderam à pressão de mercado orquestrada por organizações filiadas ao WWF e a Amigos da Terra, encomendando e realizando avaliações de BAVC em áreas florestais que tinham sido escolhidas para transformar em plantações de acácia. Ainda que algumas áreas florestais identificadas como de AVC não tenham sido desmatadas, as duas empresas continuaram cortando florestas naturais durante as avaliações FAVC e até em áreas identificadas como AVC. O coordenador de Jikalahari (1), Zulfahmi, comentou que "Frequentemente, o WWF tem problemas para conseguir que as empresas de papel e celulose APP e APRIL conservem as FAVC. Em Kampar Peninsular, ambas empresas continuaram desmatando a pesar de as florestas terem sido identificadas como de alto valor de conservação".

Kampar Peninsular, em Riau, Sumatra, tem uma vasta zona de turfeiras que ainda é hábitat de espécies em perigo, como o tigre de Sumatra e o ramin, árvore dos pântanos. No entanto, as perspectivas para essas espécies e a turfeira em sua totalidade são pouco alentadoras caso a APP e a APRIL continuem cortando grandes superfícies e drenando as zonas de plantações a fim de secarem a turfeira circundante. Uma avaliação de FAVC em Kampar Peninsular encomendada à ProForest pela APRIL não incluiu a avaliação dos valores de conservação relacionados com o uso e os direitos das comunidades (valores 5 e 6), embora as comunidades tradicionais e os imigrantes mais recentes tenham importantes vínculos com a zona.

Em outras avaliações de FAVC realizadas em Riau foram incluídos os valores de conservação 5 e 6 relativos aos direitos comunitários, mas frequentemente a informação gerada foi de escassa qualidade, com a perda de muitos valores da floresta que são de grande importância para as comunidades indígenas. Isso pode ter resultado da falta de especialistas sociais nas equipes avaliadoras, mas também podem ser devidos à forma em que são percebidas as atividades da comunidade. Por exemplo, a agricultura itinerante, que as comunidades tradicionais ainda praticam em grande parte da Indonésia, pode ter um impacto geral muito baixo nas florestas em que as comunidades controlam suficientes áreas florestais. No entanto, durante mais de um século os silvicultores têm denigrado a agricultura itinerante e os avaliadores de FAVC tendem a considerar que essa prática destrói as florestas e portanto não indica a presença dos valores de conservação 5 ou 6. Os moradores da comunidade interrogados como parte das avaliações de AVC geralmente dispõem de pouca informação sobre o processo ou a maneira em que poderia colaborar potencialmente com seus esforços para consolidar seu acesso às florestas e as formas de sustento tradicionais.

Outro problema com a avaliação de FAVC em Riau tem sido o grau em que a agenda das empresas de celulose e papel (obter grandes superfícies para transformá-las em plantações de madeira para celulose) tem influenciado na abordagem das avaliações independentes de FAVC que essas empresas encomendam. Em um caso que conheço, perguntaram a um avaliador independente por que sua

avaliação de FAVC das florestas de turfeira não tinha considerado as regulamentações governamentais que protegem as áreas com solos de turfa de mais de três metros de profundidade (2). A resposta foi que a avaliação não era um estudo legal e que portanto não devia considerar tais regulamentações. Quando foi apontado que sua avaliação também deveria ter revisado se as zonas florestais em questão eram ou não florestas degradadas(3), quer dizer zonas que podem ser transformadas em plantações de madeira para celulose, o avaliador respondeu que se todas essas regulamentações fossem incluídas na avaliação de FAVC não haveria nenhuma zona florestal que a empresa pudesse transformar para plantar suas acácias. Em consequência, a avaliação não considerou essas regulamentações. Não é necessário dizer mais sobre a independência!

As indicações a seguir poderiam servir de ajuda para resolver essas deficiências:

- As avaliações de FAVC sempre deveriam incluir os seis valores de conservação;
- As avaliações de FAVC deveriam considerar todas as regulamentações florestais pertinentes, em especial as referidas à conservação das florestas;
- Os planos para avaliações de FAVC deveriam ser apresentados ao público no idioma local nos lugares pertinentes provinciais e locais;
- Os rascunhos e as versões finais das avaliações de FAVC deveriam estar disponíveis para as partes interessadas;
- Deveriam ser ajudadas as comunidades que têm vínculos com as zonas que serão avaliadas para que possam entender o processo de FAVC antes de ser realizada a avaliação.

O manual indonésio de FAVC está atualmente em revisão (4); esperamos que o manual atualizado trate as questões levantadas neste artigo.

Patrick Anderson trabalha em Walhi, o Fórum Indonésio para o Meio Ambiente, em Yakarta. Contato: panderson@cbn.net.id

1. JIKALAHARI é uma coalizão de ONGs de Riau voltada ao manejo florestal justo e sustentável. Entre seus integrantes há 29 organizações.
2. O Decreto Presidencial (Keppres) Nº 32/1990 relativo à administração zonal. Os artigos 9 e 10 estabelecem que as florestas situadas em solos de turfa cuja profundidade seja igual ou superior a três metros devem funcionar como Zonas de Turfeiras Protegidas; também o Decreto del Ministério de Florestas Nº SK.101/Menhut-II/2004.
3. As plantações industriais para polpa de madeira apenas podem ser estabelecidos em florestas degradados, que são definidas como as que contêm menos de 20 metros cúbicos de madeira por hectare para as florestas úmidas ou 5 metros cúbicos para as florestas secas. As regulamentações pertinentes são a Regulamentação Governamental Nº 7/1999 relativa aos direitos para plantações industriais de madeira (HPHTI), artigo 5, parágrafos 1 e 2; Regulamentação Governamental Nº 34/2002 relativa à regulamentação de florestas e o estabelecimento de planos florestais, exploração e uso das florestas, artigo 30, parágrafo 3; Decreto Ministerial Nº 10.1/Kpts-II/2000 relativo às diretrizes para conceder licenças para a exploração de produtos florestais em zonas de plantações florestais, artigo 3, parágrafos 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7; Anexos ao Decreto Ministerial Nº 21/Kpts-II/2000 relativo aos critérios e normas para as licenças para explorar esquemas de plantações industriais (HTI) nas zonas de florestas de produção.
4. A iniciativa para revisar o manual de FAVC para a Indonésia está financiada por TNC, Tropenbos e o WWF. O processo dos próximos seis meses incluirá pequenos grupos de trabalho de especialistas para redigir o manual revisado e reuniões de interessados maiores para oferecer contribuições, apresentar assuntos e propor emendas ao manual.

[início](#)

A Indonésia tem algumas das florestas tropicais mais biodiversas do mundo mas também o índice de desmatamento mais alto. O conceito de “florestas de alto valor de conservação” (FAVC) tem se mantido na Indonésia como meio de conciliar a pressão econômica para abrir áreas florestais com a necessidade de diminuir a taxa da perda de florestas.

Foram várias as ONGs que têm incentivado ativamente o uso desse conceito que integraram a seu trabalho contínuo de conservação, manejo sustentável de florestas e manejo do uso da terra, em colaboração com ministérios governamentais, o setor privado e comunidades locais. Para muitos, o objetivo urgente da aplicação do conceito é ajudar a prevenir a transformação de florestas e a perda da biodiversidade e os valores sociais decorrentes.

A avaliação FAVC representa um conceito embrionário apresentado e promovido pelo Conselho de Manejo Florestal (FSC), que foi pensado originariamente para Unidades de Manejo Florestal específicas e que agora está sendo adotado mais amplamente, por exemplo pela Mesa Redonda sobre Azeite de Dendê Sustentável (RSPO). A premissa básica é que todas as áreas florestadas têm valores biológicos, ambientais e sociais com atributos de conservação identificáveis. Se esses atributos são identificados, a administração pode garantir a manutenção e/ou a melhoria dos Altos Valores de Conservação (AVC) que estes atributos de conservação descrevem.

O manual indonésio para FAVC, de 2003, foi a primeira versão nacional e vários braços do governo estudam, atualmente, como integrar as FAVC aos processos de planejamento e às políticas governamentais existentes. Se essa integração continuar, ajudará a harmonizar as decisões governamentais de produtos de papel “livres de FAVC” e azeite de dendê produzido em forma sustentável.

Até agora, o trabalho sobre FAVC na Indonésia tem incluído um número considerável de avaliações de FAVC no nível das concessões de empresas de celulose, azeite de dendê e madeira, estando entre elas mais de uma dezena em Sumatra e algumas em Kalimantan. O WWF (em Sumatra, Kalimantan e Papua), The Nature Conservancy (em Kalimantan do Leste), Tropenbos (Kalimantan do Leste), Flora and Fauna International (Kalimantan Ocidental) e Sumatran Orangutan Conservation Programme (Sumatra do Norte & Aceh) têm estado trabalhando com empresas e governos locais para determinar, manejar e supervisionar as FAVC dentro das plantações e concessões madeireiras.

Foram iniciadas, também, várias avaliações de FAVC no nível de território, por exemplo

- A região Trans- fly no sul da província de Papua, onde a avaliação de FAVC identificou zonas prioritárias de conservação e importantes zonas sociais e culturais indígenas e ajudou o WWF a influenciar o governo local para sua incorporação ao processo de planejamento;
- A província de Riau, em Sumatra, onde uma tosca avaliação de FAVC foi a base das negociações para obter a conservação dos escassos grandes blocos de floresta intata restantes, tais como o complexo de Tesso Nilo;
- A província de Kalimantan Ocidental, em Kalimantan, onde a avaliação de FAVC forneceu os argumentos para o WWF e outras ONGs conservarem as áreas florestais remanescentes e protegerem o “coração de Bornéu”.

A análise territorial para FAVC é feita principalmente através da geração de mapas e a análise espacial. Nos casos de Papua e Kalimantan Ocidental, as avaliações de FAVC no nível do território têm sido fortalecidas pelos esforços para reconhecer e incorporar valores sociais e culturais. Esta parte da avaliação foi realizada através de uma sucessão de reuniões de consulta e um workshop

com profissionais das ciências sociais e representantes de comunidades indígenas.

No caso das plantações madeireiras, o WWF tem estado exigindo que as empresas de celulose e papel APP e APRIL protegessem as FAVC em suas concessões de Riau, Sumatra. Como resposta, a APP comprometeu-se aparentemente a proteger a FAVC encontrada em uma de suas concessões e encomendou à Smartwood a identificação de FAVC em três de suas outras unidades de manejo forestal da zona. Com base nesses mapas, a APP anunciou que protegeria as FAVC identificadas e assinou um acordo com a Smartwood para fazer o acompanhamento de sua forma de manejar as FAVC durante os próximos cinco anos. No entanto, recentes relatórios de supervisionamento mostram que a APP não tem protegido tais zonas dos incêndios, o corte de madeira ilegal e maior transformação das florestas, apesar de suas promessas anteriores.

Por sua vez, a APRIL realizou suas próprias avaliações de FAVC em várias de suas unidades de manejo forestal, com o apoio de especialistas locais e internacionais. A APRIL também encomendou à ProForest a realização de avaliações adicionais de FAVC. Além disso, a empresa prometeu que não transformaria nenhuma FAVC identificada através da aplicação do manual indonésio em suas novas concessões e que não compraria madeira provinda de FAVC de qualquer lugar do mundo para suas fábricas de celulose. No entanto, em abril de 2006 uma pesquisa mostrou que estava sendo desmatada uma floresta em uma concessão associada com a APRIL, perturbando o hábitat dos elefantes

A respeito das concessões de dendezeiro, três das principais produtoras de azeite de dendê da Indonésia, a PT SMART Tbk., a PT Astra Agro Lestari Tbk. e a PT London Sumatra Tbk., têm assinado memorandos de entendimento com o WWF para iniciar avaliações experimentais de FAVC em algumas de suas concessões. As empresas acordaram instrumentar as prescrições relativas à proteção e o manejo que surgem do trabalho de FAVC e aplicar as lições aprendidas neste teste experimental em suas outras concessões em todo o país. No entanto, ainda não foi vista a efetividade da aplicação do conceito de FAVC nesse setor.

A aplicação generalizada do conceito de FAVC na Indonésia ainda apresenta desafios chave, entre eles:

- A primeira versão do manual de FAVC da Indonésia foi desenvolvida por um grupo relativamente pequeno de profissionais e especialistas interessados. A partir de então, ganhou-se muita experiência em FAVC e muitos mais interessados ficaram envolvidos. Agora, o desafio é fazer participar a um grupo maior de interessados no processo de fortalecer o manual com base nesta experiência, incluindo uma análise social e cultural mais forte e as lições aprendidas com a experiência do dendezeiro;
- É necessário continuar usando os resultados da avaliação de FAVC no nível provincial e de território para influenciar o planejamento governamental de desenvolvimento e uso de terras, por exemplo através da demarcação dessas florestas no planejamento espacial provincial ou de distrito;
- Os casos das empresas de celulose e papel e do dendezeiro salientam a necessidade da administração ativa das FAVC para que os compromissos das empresas marquem uma diferença verdadeira na prática.

Artigo compilado e reescrito por Fitriani Ardiansyah de WWF-Indonésia (fardiansyah@wwf.or.id), baseado em vários artigos sobre as FAVC escritos por WWF-Internacional e WWF-Indonésia.

[início](#)

Boletim Mensual do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
Este boletim também está disponível em francês, espanhol e inglês
Editor: Ricardo Carrere
Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

Maldonado 1858 - 11200 Montevideo - Uruguay
tel: 598 2 413 2989 / fax: 598 2 410 0985
wrm@wrm.org.uy
<http://www.wrm.org.uy>

